

XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Curitiba

31 de julho a 03 de agosto de 2018

Área Temática - Eleições e Representação Política

ORGANIZAÇÃO INFORMAL E “JOGOS DE PODER” INTRAPARTIDÁRIO: O CASO DO PMDB DO CEARÁ

José Raulino Chaves Pessoa Júnior (UNICAMP/URCA/UFC)¹

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo investigar o modelo de organização e as relações de poder estabelecidas no PMDB cearense. Esse recorte torna-se necessário porque a literatura especializada ressalta que nessa agremiação as lideranças regionais possuem um grande peso político, fazendo da agremiação uma “confederação de partidos estaduais”. Assim, para entender o partido como um todo, é imprescindível considerar a sua organização no plano subnacional. O estudo de caso sobre o PMDB cearense mostra-se relevante devido ao peso que essa regional possui no processo decisório do Diretório Nacional, uma vez que as lideranças do Ceará ocuparam e ocupam postos centrais na Comissão Executiva Nacional. O texto apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa realizada no Diretório Estadual do Ceará e em três diretórios municipais de diferentes escalas - capital (Fortaleza), município de médio porte (Mombaça) e de pequeno porte (Nova Olinda). O artigo defende que através de uma estrutura organizacional informal o presidente do Diretório Estadual consegue dominar a máquina partidária estabelecendo uma liderança autocrática. Além disso, o líder, ao controlar as principais zonas de incerteza organizativa, estabelece uma troca desigual nas negociações internas, desequilibrando os jogos de poder ao seu próprio favor.

Palavras-chave: Organização partidária; Institucionalização informal; PMDB.

¹ Doutorando do em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor substituto da Universidade Regional do Cariri (URCA). Vinculado ao Grupo de Estudos de Política Brasileira (PolBras/CESOP/Unicamp) e ao Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia da Universidade Federal do Ceará (LEPEM/UFC). E-mail: raulino_chaves@yahoo.com.br.

Introdução

Como ocorre o processo decisório no interior dos partidos? Como as agremiações solucionam seus conflitos internos? Como elas reagem às mudanças ambientais de competição política? Que tipo de incentivos distribuem para atrair e manter adeptos? Questionamentos como esses mobilizam as pesquisas sobre os partidos no enfoque organizacional. Esse trabalho parte da premissa de que as disputas pelo poder no interior dos partidos oferecem a principal chave analítica para compreender o seu funcionamento e as mudanças institucionais que experimentam ao longo do tempo.

O objetivo da pesquisa é investigar dois aspectos da organização partidária. O primeiro deles, inspirado nas contribuições de Freidenberg & Levitsky (2007), diz respeito a como o partido está organizado. Se de maneira formal, conforme o estatuto; ou informal, através da rotina estabelecida pela repetição de relações pessoais. O segundo, guiado pelo aporte teórico de Panebianco (2005), detém-se sob as disputas no interior da organização partidária: analisar os “jogos de poder verticais” estabelecidos entre líderes e militantes, e os “jogos de poder horizontais”, que envolvem a coalizão dominante e as elites minoritárias. Busca-se examinar como o líder da coalizão dominante consegue manter a estabilidade organizativa do partido, conservando suas linhas de autoridade internas, e se constituir como poder legítimo. Para isso, analisa o Diretório Estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Ceará na atual gestão de Eunício Oliveira.

O estudo de caso sobre o PMDB cearense mostra-se relevante por três aspectos. Primeiro, porque a literatura que investiga a agremiação nacionalmente a caracteriza por: heterogeneidade interna, disputa entre as lideranças regionais e crise de identidade (BARBOSA, 1997; FERREIRA, 2002). Em oposição a essas características, o Diretório Estadual do Ceará é marcado pela coesão e estabilidade da coalizão dominante. Basta observar que Mauro Benevides foi presidente da agremiação durante 29 anos (1969-1998) e Eunício Oliveira é presidente do partido há 20 anos, desde 1998.

Chama atenção o peso do PMDB cearense no processo decisório do Diretório Nacional. As lideranças regionais do Ceará ocuparam postos centrais na Comissão Executiva Nacional. Podemos citar o cargo de presidente, assumido pelo deputado federal Paes de Andrade (1995-1998) e o cargo de tesoureiro, ocupado respectivamente pelo senador Mauro Benevides (1975-1979; 1980-1990); pela filha de Paes de Andrade e esposa de Eunício Oliveira, Mônica Oliveira (2004-2010); e, desde 2010, pelo senador Eunício Oliveira.

Um último aspecto é que, em âmbito nacional, as lideranças regionais do PMDB possuem um grande peso político, fazendo da agremiação uma “confederação de partidos

estaduais” (FERREIRA, 2002). A imprensa nacional² ressalta com frequência os conflitos envolvendo os principais “caciques” do partido. Assim, compreender o funcionamento dos Diretórios Estaduais mostra-se relevante para entender como ocorre a estruturação de poder e de clivagens dentro do partido. Apesar disso, são escassos os trabalhos que analisam a organização do partido no plano subnacional. Podemos citar alguns estudos que diretamente ou indiretamente contribuem para a compreensão do MDB/PMDB sob uma perspectiva organizativa, como pesquisas sobre o partido no Rio de Janeiro (DINIZ, 1982), São Paulo (MELHEM, 1998; BIZARRO NETO, 2013), Rio Grande do Sul (FIGUEIREDO, 2009) e Mato Grosso do Sul (BARBOSA, 2014).

Para investigar o PMDB do Ceará, o presente estudo³ fez uma pesquisa qualitativa no Diretório Estadual e nos Diretórios Municipais de Fortaleza, Mombaça e Nova Olinda. Estes municípios apresentam respectivamente magnitude eleitoral de grande, médio e pequeno porte, respectivamente. Esse recorte foi estabelecido para que pudéssemos observar como o partido se organiza em diferentes escalas de municípios. Na pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com as principais lideranças partidárias, investigando dados sobre o funcionamento da organização partidária e o processo de tomada de decisão no interior do partido.

Trajatória do PMDB: o que sabemos sobre o partido

O PMDB é herdeiro do antigo MDB surgido no período autoritário. Este partido foi criado em 1966 como forma de aglutinar a oposição ao regime militar, sendo composto por elementos e grupos de um amplo espectro ideológico. A maior divergência dentro do partido se dava nas distintas concepções sobre o caráter de oposição ao regime que a agremiação deveria desempenhar, polarizando-o em dois grandes grupos: moderados e radicais. O grupo moderado era maioria e detinha o controle sobre a atividade partidária, sendo constituído por políticos experientes que defendiam uma linha política de oposição branda, enfatizando uma estratégia mais pragmática de oposição. O grupo radical, intitulados de autênticos, era formado por parlamentares que adotavam uma postura crítica mais agressiva. No entanto, os dois grupos se completavam, mantendo a imagem do partido como oposição legítima e confiável (KINZO, 1988).

² Vale destacar duas matérias que abordam os conflitos entre os “caciques” do partido: A digestão do poder. **Revista Veja**. Edição 2123, Ano 42, Nº 30, 29 de julho de 2009; Consuelo Dieguez. A cara do PMDB. **Revista Piauí**. Edição 45, 01 de junho 2010.

³ Os dados e argumentos aqui expostos fazem parte da pesquisa de doutorado em andamento.

Como a ditadura militar censurava uma militância política mais efetiva, embora tivesse mantido as eleições para parlamentares e prefeitos, a participação nas eleições se tornou o principal recurso de poder do MDB, sendo a arena eleitoral seu principal lócus de atuação. Com a crise de 1973 e a deslegitimação da ditadura, o partido assumiu um papel preponderante no processo de transição política.

Com as expressivas vitórias nas eleições de 1982 e 1985, o PMDB apresentou importantes mudanças organizacionais, adquirindo uma faceta mais conservadora ao atrair políticos antes ligados a ditadura (MELHEM, 1998). Além disso, com a conquista de governos estaduais, o partido, até então caracterizado como uma organização vinculada à política parlamentar, viu surgir novos grupos em seu interior. Os governadores passaram então a disputar poder com o grupo de parlamentares (KINZO, 1988; FERREIRA, 2002).

O PMDB nacional apresentou um tortuoso processo de estabilidade organizativa, mostrando dificuldade para se articular internamente. Na década de 1990, com a morte da sua principal liderança nacional, Ulysses Guimarães, e a superação da agenda de transição política, o partido passou por uma crise de identidade e de legitimidade. A direção nacional não reunia as condições necessárias para definir os rumos do partido, mostrando-se incapaz de exercer um controle mínimo sobre seus membros e de estabelecer consensos e estratégias de ação (FERREIRA, 2002).

Na estrutura de clivagens internas, o elemento de maior relevância para balizar as disputas foi as distintas posições do partido diante do governo federal. Enquanto dirigentes nacionais do partido se posicionavam como oposição; as lideranças regionais, que comandavam a bancada parlamentar, se posicionavam como governistas. Na gestão de Paes de Andrade (1995-1998), a ala governista passou a tomar suas próprias decisões, ignorando a determinação da direção nacional (FERREIRA, 2002).

Ferreira (2002) observa que até o ano de 2000 nenhuma corrente conseguiu ser majoritária no partido, tornando sua direção um grande mosaico. “Havia um vazio de lideranças nacionais capazes de arregimentar o partido nacionalmente e, em contrapartida, uma inflação de lideranças regionais” (FERREIRA, 2002, pág.: 158). No posfácio de seu livro, a autora ressalta que a tendência governista que em 2001 elegeu Michel Temer como presidente da agremiação, teria, a partir dali, potencial para aglutinar as diversas forças internas, dando uma direção nacional ao partido.

Observando o partido no plano subnacional, percebemos que a regional paulista apresentou uma vocação “localista”, com uma penetração territorial no interior promovida por Orestes Quércia. Durante a ditadura, as prefeituras de grandes municípios foram importantes

espaços de poder para a atuação oposicionista. Melhem (1998, pág. 17) ressalta que “o crescimento do quercismo está intimamente relacionado com o tipo de trabalho partidário desenvolvido sobretudo localmente, explorando contradições, rivalidades e ambições eleitorais características da política fora das metrópoles”.

Orestes Quércia foi líder da coalizão dominante do PMDB paulista durante 24 anos. Sua influência iniciou no momento em que se aliou a um líder do partido, Almino Affonso, e despojou o grupo de notáveis, como Franco Montoro e Fernando Henrique, em 1986; estendendo-se até o ano de sua morte, em 2010. Embora o PMDB tenha se convertido em ator secundário da política estadual paulista nas décadas de 1990 e 2000, o quercismo predominou no partido mesmo com o declínio eleitoral e o seu posicionamento como partido de oposição ao governo estadual e federal. Em 2010 o Diretório Estadual do PMDB se dissolveu pela renúncia da maioria de seus membros e posteriormente a Comissão Executiva Nacional, liderada por Michel Temer, indicou uma nova Comissão Provisória Estadual, presidida por um aliado seu (BIZZARRO NETO, 2013).

No PMDB, as lideranças regionais exercem um forte peso nos seus respectivos diretórios estaduais e isso se reflete no Diretório Nacional. Podemos citar influência de algumas lideranças. Em Alagoas, Renan Calheiros exerce o comando do partido desde o início dos anos 1990, momento em que retoma a legenda após uma breve estadia no Partido da Reconstrução Nacional (PRN)⁴. Com a influência da família Calheiros no regresso ao PMDB – seu pai, Olavo Calheiros, prefeito de Murici e seu irmão, Olavo Calheiros Filho, deputado federal –, Renan Calheiros ocupou a vice-presidência executiva da Petrobrás Química (Petroquisa), entre 1993 e 1994. Eleito senador nas eleições de 1994, cargo que ocupa até o momento, foi galgando importantes postos no partido e através do partido: presidente da Fundação Ulysses Guimarães (1995-1997), ministro da Justiça (1988-1999), líder do partido no Senado (2001-2002; 2009-2010), membro do Diretório Nacional do PMDB (2001- atual) e presidente do Senado (2005-2007; 2013-2017).

No Pará, Jáder Barbalho comanda a máquina partidária desde o período do antigo MDB. O ingresso no partido se deu pela influência de seu pai, Laércio Barbalho, que teve o mandato de deputado estadual, eleito em 1962 pelo Partido Social Democrático (PSD), caçado no período da ditadura. Jader Barbalho iniciou sua carreira eleitoral como vereador

⁴ Renan Calheiros iniciou sua carreira eleitoral em 1978 quando foi eleito deputado estadual pelo MDB. Posteriormente foi eleito deputado federal, nas eleições de 1982 e 1986. No mandato de Fernando Collor como governador de Alagoas (1987-1989), Renan Calheiros aproxima-se daquele e filia-se ao seu partido, o PRN. No governo de Collor de Melo como presidente da República tornou-se líder do governo da Câmara (1990), mas o rompimento entre os dois aconteceu após as eleições estaduais de 1990, quando foi derrotado ao governo estadual de Alagoas e acusou o presidente de apoiar seu oponente, Geraldo Bulhões, do Partido Social Cristão (PSC).

em Belém (1968-1970) e em seguida tornou-se presidente da Executiva Municipal do MDB de Belém em 1967. Ocupou o cargo de deputado estadual (1971-1974), deputado federal (1975-1982; 2003-2010), governador (1983-1987; 1991-1994) e senador (1995-2001; 2011-atual). Presidente do Diretório Regional do PMDB do Pará desde 1982, passou a ocupar cargos de destaque nacional pelo partido: no governo Sarney foi ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (1987-1988) e da Previdência e Assistência Social (1988-1990); no Senado foi líder do PMDB (1995-2001) e presidente (2001); e no Diretório Nacional do PMDB foi presidente (1998-2001).

Assim, para entender o partido como um todo é necessário investigar as suas setoriais regionais e compreender com as lideranças estaduais conseguem impor estabilidade ao partido no plano local/regional e obter influência no plano nacional.

Origem e desenvolvimento do PMDB cearense

No Ceará, o MDB encontrou dificuldades para se estruturar. Isso porque o contexto político cearense favorecia a formação do partido governista devido a existência de uma aliança entre UDN, PSD e PTN, a União pelo Ceará, que tinha eleito em 1962 o governador Virgílio Távora (UDN). A oposição era liderada pelo PTB e tinha como principal representante Carlos Jereissati, eleito senador em 1962. Porém, após assumir a vaga no Senado Federal em 1963 morreu sem deixar herdeiro político.

O MDB foi fundado por parlamentares do PTB, órfãos da liderança política de Carlos Jereissati, e por um ala do PSD, liderados por José Martins Rodrigues. Este apresentava uma carreira política consolidada, tinha ocupado o cargo de ministro da Justiça (1961), nomeado pelo presidente Ranieri Mazzilli (PSD)⁵, desempenhava pela terceira vez consecutiva o cargo de deputado federal (1955-1967), foi deputado estadual (1925-1930), secretário estadual do Interior e Justiça e secretário estadual da Fazenda no Ceará (1935-1943). Além disso, era uma importante liderança nacional do PSD, tendo ocupado o cargo de secretário geral (1958-1961) e de líder do partido na Câmara (1962-1965).

Durante o processo de institucionalização do MDB no Ceará, duas lideranças do antigo PSD se mantiveram no centro de gravidade da coalizão dominante do partido: Antônio Paes de Andrade e Carlos Mauro Cabral Benevides. No momento de fundação do MDB, Paes de Andrade desempenhava o cargo deputado federal, eleito em 1962, acumulava três mandatos

⁵ Este era presidente da Câmara dos Deputados e ocupou interinamente a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), em 1961.

consecutivos como deputado estadual (1951-1962) e tinha sido secretário do Interior e Justiça do Ceará (1959-1963). Herdando o *background* familiar de seu sogro, José Martins Rodrigues, Paes de Andrade logo consolidou-se como liderança nacional do MDB. Já Mauro Benevides acumulava dois mandatos consecutivos como deputado estadual (1959-1966) – tendo ocupado o cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE) (1963-1965) – e um mandato como vereador de Fortaleza (1955-1959).

As duas estrelas do partido não entraram em colisão porque entre os dois existia um acordo tácito. Enquanto Paes de Andrade se ocupava da política nacional, Mauro Benevides exercia a mediação das negociações regionais e locais. Nesse pacto, Mauro Benevides ocupou a presidência do Diretório Estadual do Ceará após José Martins Rodrigues ter seu mandato de deputado federal cassado. Essa divisão do trabalho político entre as duas lideranças permitiu que a coalizão dominante estabilizasse o MDB e posteriormente o PMDB.

O MDB disputou em um cenário marcado pela hegemonia política da ARENA. Esse partido ocupou em média 80% dos cargos eletivos (deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador). Predominou um sistema de partido hegemônico (SARTORI, 1976) em que o MDB, embora participasse da competição formal pelo poder, não tinha condições reais de competir em termos de igualdade. Cabe ressaltar que essa hegemonia da ARENA foi conquistada e mantida graças a celebração de um acordo entre as principais lideranças do partido. Essa aliança ficou conhecida como “pacto dos coronéis” e tinha como preceitos a “união na cúpula e divisão na base” (MOTA, 1985). Embora na disputa para o Executivo estadual houvesse a aliança entre as três lideranças que se revezaram no cargo de governador nomeado pelo regime militar — César Cals Filho (1971-1975), Adauto Bezerra (1975-1978) e Virgílio Távora (1979-1982) —, na base, elas estabeleciam uma implacável disputa para estruturar suas facções dentro da ARENA, buscando a adesão do maior número possível de deputados e prefeitos.

Para sobreviver nesse ambiente inóspito, o MDB adotou uma estratégia eleitoral de adaptação. O partido de oposição conquistou quotas de poder utilizando a seu favor as disputas entre as lideranças do partido da situação. Essa estratégia fica evidente na eleição de 1974, quando Mauro Benevides (MDB) foi eleito senador mediante apoio informal de Virgílio Távora (ARENA). Na ocasião, o então senador Virgílio Távora não acatou a indicação de candidatura ao Senado feita pelo então governador do Ceará, César Cals, que tinha escolhido um candidato antivirgilista, o então deputado federal Edilson Távora.

Em 1982, a primeira eleição do período de redemocratização, o PMDB ainda apresentou um tímido desempenho eleitoral. Isso porque o partido governista, o PDS que herdou a estrutura da ARENA, ainda se apresentava hegemônico. Houve a renovação do

compromisso estabelecido entre as três lideranças – Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals – que indicou o secretário de Planejamento do então governador Virgílio Távora, o economista Gonzaga Mota, como candidato a governador.

O PMDB continuou com uma estratégia de adaptação ao ambiente, mantendo-se no mercado político por meio do vácuo deixado pelo partido dominante. A organização já estava consolidada no sistema de interesses, possuindo um território de caça e uma base eleitoral circunscrita aos grandes centros urbanos. Por exemplo, o candidato a governador do PMDB em 1982, Mauro Benevides, obteve apenas em Fortaleza 65% dos seus votos, representando 280.540 votos.

Porém, o período de estagnação e calmaria na agremiação era momentâneo. O cenário regional de instabilidade no sistema de dominação política exercido pela PDS favorecia o crescimento organizativo e eleitoral da oposição, liderada pelo PMDB. Ressalta-se dois fatores que embora tenham alterado o sistema de força em favor do PMDB, trouxeram instabilidade a coalizão dominante do partido.

O primeiro fator foi a filiação do então governador Gonzaga Mota. Este, que era vinculado ao PDS, passou a se aproximar da agenda política nacional ao longo do seu mandato. Como o PMDB nacional e os governadores desse partido estavam envolvidos nessas pautas, Gonzaga Mota como governador acabou se aproximando dessa agremiação, participando do movimento de Diretas Já, em 1984, e da eleição indireta de Tancredo Neves (PMDB) para a presidência da República em 1985.

Porém, a integração do então governador Gonzaga Mota ao PMDB estadual foi conflituosa. Internamente havia atritos entre dois grupos: a) neopeemedebistas ou “gonzaguistas”, formados na sua maioria por deputados e prefeitos ligados diretamente ao governador ou por filiados que ocupavam postos no governo estadual; b) históricos, liderados por Mauro Benevides, exerciam cargos centrais na estrutura partidária.

A filiação de um político que podia distribuir incentivos seletivos aos membros do partido preocupava a coalizão dominante do partido, que até então exercia o comando da máquina partidária sem a oposição significativa de uma elite interna. Na imprensa local foram publicadas diversas matérias denunciando o embate interno do partido, como fica evidenciado nos títulos das matérias: “PMDB quer metade dos cargos do governo” (O POVO, 03 abr.

1985)⁶ e “Partilha de cargos divide peemedebistas” (O POVO, 04 dez. 1985)⁷. Esses conflitos eram na sua maioria motivados pela divisão de cargos no governo.

Para integrar o governador Gonzaga Mota no partido foi necessário a intermediação do então presidente José Sarney (PMDB). Foi estabelecido um acordo em que o governador indicaria metade dos integrantes da executiva estadual e a ala do “PMDB histórico” ocuparia também a metade das secretarias do governo. Esse acordo foi noticiado na matéria: “PMDB quer a metade dos cargos do Governo. Isso resulta da integração do Mota ao partido” (O POVO, 04 dez. 1985)⁸.

O segundo fator foi a adesão de um grupo de jovens empresários ligados ao Centro Industrial do Ceará (CIC). Essa associação de empresário locais se notabilizou como espaço de discussão e debate durante o processo de redemocratização, construindo um capital simbólico de oposição ao regime militar e aos políticos tradicionais que lideravam a política estadual.

O CIC conseguiu firmar a candidatura do seu ex-presidente, o empresário Tasso Jereissati, ao Executivo estadual em 1986. Essa candidatura, segundo Mota (1992), foi articulada pelo então presidente José Sarney (PMDB) que passou a interferir na sucessão estadual no Ceará para fortalecer o partido no estado. As lideranças históricas do Diretório Estadual do Ceará acataram a candidatura de Tasso Jereissati como governador, visto que, no acordo, o então presidente regional Mauro Benevides, seria o candidato ao Senado e o então deputado estadual Francisco Castelo de Castro seria o vice-governador.

Similar ao que aconteceu com Gonzaga Mota, a integração de Tasso Jereissati ao PMDB foi conturbada. Os conflitos internos no partido tornaram-se públicos na sua gestão (1987-1990), quando houve o embate entre o Legislativo e o Executivo estaduais. O governador, embora tivesse mais da metade dos deputados estaduais filiados ao seu partido, enfrentou dificuldades para aprovar projetos, sobretudo os que envolviam medidas de austeridade fiscal.

O PMDB passava por uma fase de forte instabilidade. Diante das novas posições assumidas no período de transição, como a conquista do Executivo estadual em 1986 e a maioria da bancada na ALECE, o partido apresentou uma crise de identidade. Internamente a agremiação apresentava-se dividida, pois não existia um consenso quanto a linha política do partido, se continuaria assumindo um papel de oposição ou se adotaria uma nova

⁶ PMDB quer metade dos cargos do Governo. **O Povo**, Fortaleza, p. 02, 04 de dezembro de 1985.

⁷ PARTILHA de cargos divide peemedebistas. **O Povo**, Fortaleza, p. 02, 03 de maio de 1985.

⁸ PMDB quer a metade dos cargos do Governo. Isso resulta da integração do Mota ao partido. **O Povo**, Fortaleza, p. 02, 04 de dezembro de 1985.

estratégia de ação como partido governista. Essa crise no PMDB após a agenda de transição também atingiu o plano nacional no período em que José Sarney foi presidente, como é ressaltado por Kinzo (1994) e Ferreira (2002).

Essa ausência de integração de Tasso Jereissati no PMDB pode ser percebida na articulação para as eleições municipais de 1988. Com essa crise política dentro do partido, foi fundado o Partido Municipalista Brasileiro (PMB) no Ceará para abrigar correligionários da facção política de Tasso Jereissati que concorriam às eleições municipais de 1988. Informalmente, o PMB funcionou como uma sublegenda do PMDB, utilizada como estratégia política para abrigar políticos do interior que, por razões conjunturais locais, não podiam ingressar no PMDB. Nas eleições de 1988, o PMB conseguiu eleger 8,9% e o PMDB elegeu 32,6% prefeitos dos 178 prefeitos do estado.

As divergências do então governador Tasso Jereissati com o PMDB não se restringiam apenas ao plano estadual. Na arena nacional ocorreu um conflito com o presidente do Diretório Nacional, Ulysses Guimarães, envolvendo a indicação no ministério da Fazenda. O então presidente José Sarney convidou Tasso Jereissati para seu ministro em 1987. Porém, Ulysses Guimarães, que não tinha sido consultado sobre essa indicação, preparou uma lista de candidatos ao cargo que excluía o nome de Tasso Jereissati⁹. Após esse episódio, Tasso Jereissati passou a criticar publicamente na imprensa o comando do PMDB nacional exercido por Ulysses Guimarães. Sobretudo porque este, na avaliação daquele, liderava o partido de forma personalista e não consultava os governadores, que eram uma força de peso na agremiação, na tomada de decisões interna. Na eleição de 1989, em que Ulysses Guimarães foi candidato a presidência da República, Tasso Jereissati não apoiou a sua candidatura. Depois dessa campanha, Tasso Jereissati rompeu formalmente com o PMDB e se filiou ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

O desenlace dessa onda de conflitos internos no PMDB cearense se deu após a saída do grupo de Tasso Jereissati. O partido solucionou sua principal causa de divergências internas, passando a experimentar um período de estabilidade organizativa. A agremiação foi novamente comandada pelos membros históricos da agremiação, sendo presidida por Mauro Benevides. O partido voltou a ter uma voz uníssona, muito embora, junto a essa calma, tenha vindo a redução da sua representação parlamentar.

Como resalta Panebianco (2005), um dos principais motivos para a contestação da legitimidade da coalizão dominante é o encolhimento eleitoral do partido. Nesses casos, inicia-

⁹ FREITAS, Jânio de. PMDB veta Tasso e abre crise na sucessão de Funaro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.A-5, 28 de abril de 1987.

se uma crise de autoridade e as elites minoritárias passam a criticar a condução dos líderes argumentado que estes seguem políticas que põem em risco a sobrevivência da organização. Porém, no caso do PMDB, mesmo com esse encolhimento do território eleitoral nas eleições de 1990 e 1992, a coalizão dominante não foi deslegitimada ou contestada.

Isso aconteceu porque a estratégia de expansão que foi adotada pelo partido, por exemplo a filiação de políticos com capital político extra organização como Gonzaga Mota e Tasso Jereissati, tinha colocado em risco a estabilidade organizativa do partido. O aumento repentino do número de filiados afetou a sua coesão interna, pois criou várias facções dentro da organização. Além disso, a posição de partido governista alimentou a expectativa de distribuição de incentivos seletivos por intermédio da ocupação de cargos públicos. Porém, essa não foi a realidade vivenciada pelo partido, visto que a coalizão dominante não teve acesso privilegiado a esses cargos como era desejado. A coalizão dominante preferiu adotar para o partido uma linha política sem aparentes chances de sucesso eleitoral. Optou por permanecer no modo seguro e conservar no sistema de interesse a posição de partido de oposição.

Durante a década de 1990 e o início dos anos 2000, o PMDB no estado apresentou relativa estabilidade nas disputas eleitorais, consolidou-se como principal adversário do PSDB, partido governista que ocupava a maior parte das cadeiras na Câmara e na Assembleia. Apresentou candidatos ao Executivo estadual e ao Senado, ao longo de três eleições consecutivas (1994, 1998 e 2002). Embora, nessas disputas eleitorais, não tenha conseguido eleger nenhum candidato, o PMDB conseguiu se consolidar como o partido de oposição que apresentava o melhor desempenho eleitoral. No plano local, o PMDB ocupou em média 10% das prefeituras durante três ciclos eleitorais (1992, 1996 e 2000), com destaque para a manutenção do Executivo municipal de Fortaleza.

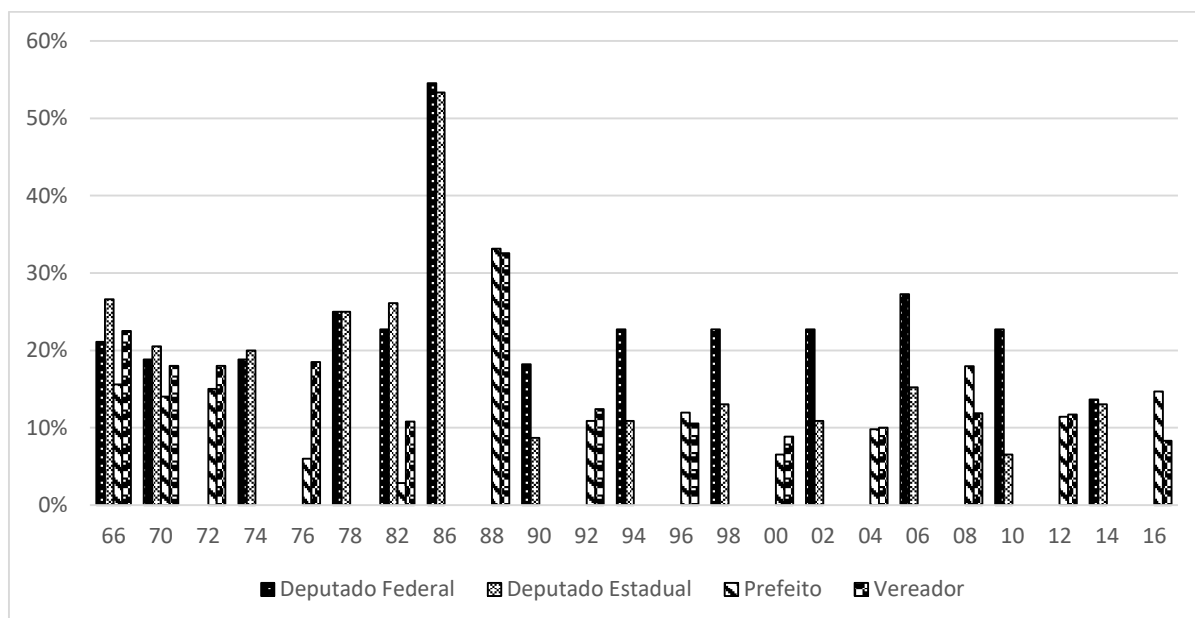
Cabe destacar que essa atitude de oposição era mais uma estratégia política de manutenção de quotas de poder e menos uma discordância ideológica ao partido governista. O PMDB apresentava uma posição ambígua frente ao PSDB, pois tanto acolheu políticos carreiristas do PSDB – caso do senador (1995-2002) eleito pelo PSDB Sérgio Machado que foi candidato a governador em 2002 pelo PMDB e posteriormente foi indicado na cota do partido para ocupar a presidência da Transpetro¹⁰ –; como ofertou quadros a esse partido – caso do ex-prefeito de Fortaleza pelo PMDB (1993-1996) Antônio Cambraia que foi candidato a prefeito de Fortaleza em 2004 pelo PSDB. Além disso, era recorrente a migração de políticos

¹⁰ Órgão vinculado a Petrobrás e responsável pelo transporte e logística de combustível. Sérgio Machado foi o presidente que ocupou esse cargo por mais tempo, de 2003 a 2014.

de um partido para o outro, demonstrando que entre as duas agremiações não existia uma forte cisão, sendo o PMDB uma oposição inter-elite.

Nos anos 2000 o partido apresentou um crescimento eleitoral e organizacional, estabelecido a partir da aliança estadual com o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialista Brasileiro (PSB), então liderado por Ciro Ferreira Gomes. A união com o PT se deu após a ascensão desse partido no Executivo federal em 2003 e a posterior composição do PMDB nacional nessa coalizão de governo. Nesse acordo, Eunício Oliveira foi indicado para ocupar o cargo de ministro das Comunicações (2004-2005). Já a aliança com o PSB ocorreu nas eleições de 2006, quando o PMDB não apresentou candidatura própria ao Executivo estadual e apoiou a campanha de Cid Ferreira Gomes. Através desse arranjo político, o PMDB conseguiu eleger sua principal liderança, Eunício Oliveira, como senador nas eleições de 2010. Nas eleições estaduais de 2014, Eunício Oliveira rompeu a aliança política com o então governador Cid Gomes, então filiado ao Partido Republicano da Ordem Social (PROS), e coligado com o PSDB, apresentou sua candidatura ao Executivo estadual. O PMDB perdeu a disputa para o sucessor de Cid Gomes, o então deputado estadual Camilo Santana (PT). Retomando a atuação no Senado, Eunício Oliveira foi eleito presidente dessa instituição em 2017. Abaixo temos a representação gráfica do desempenho eleitoral do partido durante os cinquenta anos da sua atuação (1966-2016).

GRÁFICO 1 - Porcentagem de candidatos eleitos pelo MDB/PMDB cearense (1966-2016)



FONTE: Elaboração própria a partir do TRE-CE

O PMDB cearense foi presidido durante 29 anos por Mauro Benevides (1969-1998). A permanência deste como presidente não significava a ausência de conflitos para ocupar essa

posição. O que permitiu essa continuidade foi a adoção de estratégias políticas por parte do líder partidário para apaziguar e acomodar os interesses das elites minoritárias emergentes. Na pesquisa de campo, foi ressaltado que a estabilidade da liderança de Mauro Benevides ocorreu porque este evitava conflitos formais dentro da instância partidária. As tensões eram solucionadas através de acordos informais e conversas que antecediam o período de convenção. Como ressaltado abaixo:

Então, quando se aproxima do período de convenção há, principalmente naquela época, sempre tinha pessoas que: “ah, vamos tirar o Mauro [Benevides]”. Mas acabava que faziam uma conversa anterior e compunham e sem fazer disputa acabava que alguns atores mudavam, justamente por essa pressão anterior por lançamento de chapa, Mauro [Benevides] chamava pra conversar, acomodava um, acomodava outro. E a coisa não ia pra frente (ROSÂNGELA AGUIAR, delegada do partido e presidenta do PMDB-Mulher, entrevista concedida ao autor em 17/11/2015).

Durante essa gestão de Mauro Benevides, não existia dentro do partido uma liderança que pudesse se contrapor de forma competitiva ao seu comando. A segunda liderança mais influente era Juraci Magalhães. Mas, similar ao acordo tácito que existia entre Paes de Andrade e Mauro Benevides durante o período do PMDB, Juraci Magalhães ocupava a 1ª vice-presidência do Diretório Estadual e ficava encarregado das questões locais, enquanto Mauro Benevides, que então exerceria o cargo de senador (1987-1995), ficava responsável pelas questões nacionais.

Contudo, na convenção partidária de 1998, em uma das tradicionais “conversas que antecediam a convenção”, um militante que até então não tinha exercido nenhum cargo eletivo passou a liderar o processo de montagem de uma chapa de oposição. Essa disputa ocasionou um pequeno período de instabilidade dentro do partido, sendo noticiada pela imprensa local com uma matéria intitulada “Sucessão interna gera crise no PMDB do Ceará” (O POVO, 26/12/1997). O militante em questão era o empresário Eunício Oliveira, que possuía capital político dentro da organização pelo fato de seu sogro, Paes de Andrade, ocupar a Presidência Nacional do PMDB (1995-1998). Nesse embate, Eunício Oliveira saiu vitorioso e até o momento comanda o partido.

Processo de institucionalização informal e jogos de poder

Freidenberg e Levitsky (2007), contestando a tese de que na América Latina predominaria partidos débeis e pouco efetivos, defendem que essas organizações partidárias seriam enraizadas, embora fossem institucionalizadas de maneira informal. Essas agremiações, através da integração de redes pessoais de patronagem e clientelismo, associações de vizinhos e até torcidas de clubes de futebol, desempenham importantes

funções, como: mobilização de militantes, seleção de candidatos, financiamento de suas atividades, estabelecimento de vínculos com a sociedade, conquista de votos e eleição de cargos eletivos, sendo, portanto, partidos políticos.

Os autores ressaltam que na América Latina predominariam instituições informais¹¹, havendo uma clara diferença entre o que estabelece o estatuto do partido e o real funcionamento na prática. Assim, é necessária uma análise sobre o que ocorre por detrás da estrutura organizativa formal dos partidos para que possamos conhecer o tamanho e a densidade dessas organizações.

Quando o partido é formalmente institucionalizado o estatuto oferece um mapa preciso de como a organização está estruturada internamente. Em muitos casos, o partido e o Estado, através de diferentes plataformas, disponibilizam dados sobre seu financiamento, gastos, composição dos seus membros e densidade organizativa. Porém, estudar a estrutura organizacional de partidos institucionalizados informalmente é mais difícil. As informações precisam ser colhidas de forma direta *in loco*, os dirigentes partidários não têm ciência sobre a organização do partido (não guardam documentos, não memorizam informações e não registram a maioria das decisões tomadas) ou dificultam o fornecimento de dados por algum receio.

Os autores estabelecem três tipos de organização partidária: institucionalização formal, institucionalização informal e institucionalização débil. No primeiro tipo a organização segue as regras formais, como estatuto e resoluções, e as decisões são tomadas nos órgãos oficiais do partido, como assembleia, congresso e convenção. No segundo, as atividades desenvolvidas são estabelecidas através de redes e recursos informais e os laços organizativos são estabelecidos entre o líder e os militantes, sem a intermediação da burocracia. No último tipo o partido é frágil e não se enraíza.

Para operacionalizar o conceito de organização informal os autores estabelecem nove indicadores e a partir deles busco analisar qual o grau de informalidade da estrutura organizacional do PMDB cearense. Cabe observar que em todos os partidos institucionalizados existem aspectos formais e informais. Porém, em cada agremiação predomina um ou outro aspecto na sua tomada de decisão e nas suas atividades, cabendo ao pesquisador investigar as nuances do processo de institucionalização.

O primeiro indicador se refere as **regras e procedimentos internos**. No PMDB cearense percebemos que os dirigentes locais desconhecem o estatuto e as regras formais

¹¹ Uma literatura recente tem investido na pesquisa sobre organização informal dos partidos políticos na América Latina, ver o livro organizado por Helmke e Levitsky (2006).

do partido, sendo os procedimentos internos estabelecidos conforme os interesses das lideranças locais que controla a agremiação ou através de negociações com o líder estadual do partido, Eunício Oliveira. No Diretório Estadual os seus membros controlam a gramática legalista, sendo constantemente utilizada nas negociações de âmbito nacional. Já nas negociações de âmbito regional e local, o Diretório Estadual mobiliza as regras formais do estatuto de maneira seletiva e instrumental para legitimar as ações punitivas a alguma liderança ou órgão partidário.

Como exemplo temos a onda de intervenção e dissolução de órgãos partidários locais no final de 2014. Após as eleições estadual em que a principal liderança do partido, Eunício Oliveira, foi candidato ao Executivo estadual, o Diretório Estadual empenhou-se em destituir órgãos municipais liderados por “políticos infiéis” que não se envolveram na eleição do partido. Por “envolvimento” entende-se a captação de uma quantidade significativa de votos ao candidato Eunício Oliveira. Cabe ressaltar que em outras eleições o não apoio à candidatura do partido no plano local era entendido como “natural” e parte da conjuntura municipal, não sendo motivo para dissolução. Porém, como era a campanha da principal liderança do partido, a interpretação do estatuto foi outra.

O segundo indicador se refere ao **processo de tomada de decisão**. No partido, embora os órgãos formais como congressos, diretório e comissão executiva sejam importantes *loci* de autoridade, percebemos que as decisões mais relevantes são tomadas por um líder autocrático. O principal órgão de autoridade é a comissão executiva que é presidida pelo líder do partido, Eunício Oliveira. Este possui como vice Gaudêncio Lucena, seu amigo pessoal e sócio empresarial¹².

Para observar o grau de personalismo que caracteriza o partido vamos citar como exemplo a seleção de membros com direito a voto em uma importante arena de disputa nos conflitos intrapartidários, a Convenção Nacional. Analisando a lista dos 34 delegados do Diretório Estadual (2013-2015), percebemos que, apenas na família de Eunício Oliveira, oito pessoas compõem a lista de delegados: sua esposa (Mônica Oliveira), três de seus quatro filhos (Manuella Mata Pires, Marcela Oliveira e Rodrigo Oliveira), seu genro (César Mata Pires Filho), seu sobrinho (Danniel Lopes), seu sogro (Antônio Paes de Andrade) e ele próprio. O seu vice, Gaudêncio Lucena, possui cinco integrantes da sua família como delegado: seus dois filhos (Gaudêncio Lucena Júnior e Igor Lucena), dois irmãos (Carlos Lucena e Gláucia Ferrer) e ele próprio. O outro sócio nas empresas, Nelson Neves, compõe a lista junto com

¹² Os dois possuem uma relação de amizade que remonta ao período em que migraram do interior para estudar na capital e foram morar na Casa do Estudante em Fortaleza e atualmente são sócios em empresas do ramo de transporte de valores, segurança privada, comunicação, aviação e tecnologia.

seu filho, Rodrigo Neves. Além disso, ainda constam como delegados os assistentes parlamentares de Eunício Oliveira e funcionários do Diretório Estadual. Apenas três deputados federais (Aníbal Ferreira Gomes, Mauro Benevides e Mário Feitoza) e um deputado estadual (Danilo Forte) aparecem na lista de políticos com mandato eletivo que exercem a função de delegado.

Embora o presidente e o vice da Comissão Executiva de fato exerçam a autoridade no partido, apresentando um aspecto de organização formal, os órgãos oficiais do partido são marcados por uma relação de parentesco e a ocupação de cargos na estrutura formal é baseada em uma relação pessoal com o líder do partido.

Quanto ao terceiro indicador, **burocracia partidária**, percebemos que o Diretório Estadual do partido apresenta uma estrutura satisfatória para desenvolver suas atividades, dispõe de funcionários de carreira (como secretários, advogados e contador), recursos materiais (computador, impressora, salas de reuniões, televisão etc.) e conta com sede própria. Porém, essa burocracia possui poucas informações sobre os recursos financeiros do partido e não coordenam suas atividades estratégicas eleitorais (escolha de alianças, seleção de candidatos e distribuição de recursos para campanha) que é centralizada pela liderança autocrática de Eunício Oliveira. Como este desempenha papel de destaque no âmbito nacional, foi ministro das Comunicações (2004-2005) e presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (2011-2017) e presidente do Senado (2017-2018), o vice da comissão executiva, Gaudêncio Lucena, o representa regionalmente. Cabe destacar que o presidente do Diretório Estadual, Eunício Oliveira, possui um escritório próprio em Fortaleza, independentemente da estrutura partidária, onde realiza reuniões com lideranças políticas.

Os **órgãos partidários locais**, quarto indicador, apresentam uma escassa estrutura organizativa, sendo autônomos, heterogêneos e pouco integrados com a burocracia central do partido. A integração desses órgãos locais ocorre através do líder do partido que realiza reuniões informais negociando estratégias eleitorais e distribuição de incentivos seletivos para seus membros. Cabe destacar que existe diferenças no tratamento dado aos órgãos locais por parte do líder. De modo geral, quanto maior o capital eleitoral do partido (número de candidatos eleitos e votação obtida) e a proximidade entre as lideranças locais e o líder do partido, maior será centralização do órgão local.

Nos diretórios municipais investigados percebemos que o PMDB de Fortaleza, importante órgão partidário por representar a capital do estado, apresenta uma fraca autonomia quanto ao Diretório Estadual. Os dois funcionam na mesma sede, não existe uma distinção clara entre eles. Em Fortaleza, o partido é estruturado como comissão provisória e

seus presidentes são empossados de acordo com a conveniência da liderança partidária, Eunício Oliveira¹³.

O Diretório do PMDB de Mombaça não possui sede para seu funcionamento, sendo as atividades partidárias desempenhas apenas no período eleitoral. Porém, o partido conta com uma herança simbólica que remonta a sua origem de antigas lideranças do PDS/MDB: Francisco Castelo de Castro, prefeito de Mombaça (1944-1945; 1959-1962), deputado estadual (1963-1987) e vice-governador (1987-1990), e Antônio Paes de Andrade. Como o município, que apresentou 33 mil eleitores em 2014, é estratégico para potencializar as eleições dos deputados do partido, os acordos envolvendo a política local é centralizado pelo líder estadual.

Dentre os três órgãos municipais investigados, o PMDB de Nova Olinda é o mais frágil em termos organizacional. O partido, que contava com um vereador e um vice-prefeito e apresentava 12 mil eleitores em 2014, era organizado como comissão provisória e tinha autonomia para desenvolver suas atividades partidárias, embora as decisões quanto a eleição para o Executivo municipal tivesse que ser negociada com o líder do partido. Na pesquisa de campo, o presidente do PMDB de Nova Olinda¹⁴ destacou que instrumentaliza a legenda como máquina eleitoral, não tendo interesse em instituir um diretório. A comissão provisória já forneceria o recurso de poder almejado: legenda partidária para apresentar candidatos no plano local, relações com as elites partidárias estaduais e obtenção de recursos para campanha eleitoral.

No que tange as **fronteiras organizativas**, quinto indicador, o PMDB apresenta características ambíguas. O partido conta com características de formalidade organizativa, como por exemplo a existência de regras e protocolos para pertencer a organização (já que é necessário o preenchimento de uma ficha de filiação, não sendo um pertencimento autodeclarado) e a capacidade da agremiação impor a expulsão de algum membro. No entanto, a organização não sabe precisar quantos filiados dispõe e os dados fornecidos pelo partido no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apresentam incoerências com as informações coletadas na pesquisa de campo nos órgãos municipais¹⁵.

¹³ No período de atuação política de Juraci Magalhães, ex-prefeito de Fortaleza (1990-1992;1997-2004), o PMDB de Fortaleza era comandado por ele. Porém, com a derrota sofrida por seu candidato nas eleições municipais de 2004, a liderança de Juraci Magalhães foi se enfraquecendo e o presidente do Diretório Estadual, Eunício Oliveira, foi centralizado o partido, tornando-o comissão provisória.

¹⁴ Entrevista realizada com Elísio Galdino, atual vice-prefeito, em 20/09/2015.

¹⁵ O PMDB, em comparação com o PT e o PSDB investigados na pesquisa de doutorado, é o partido que apresenta mais incoerência entre essas informações.

A alta rotatividade de dirigentes no plano local dificulta a catalogação de informações precisas dos órgãos municipais. Isso ocorre sobretudo nos órgãos que são sazonais (fundados para as eleições locais), pois cada vez que o partido é refundado ocorre uma substituição do grupo político local e os militantes que lhe davam sustentação desligam-se do partido, não havendo uma continuidade dos membros que compõem a instituição. Nesse processo de transição, atas são perdidas, documentos são escondidos e dados são ocultados, não existindo uma memória da instituição, tampouco o arquivamento dos documentos legais.

O sexto indicador analisa o **padrão de carreira** nas estruturas do partido. Nesse aspecto, verificamos uma clara relação informal, pois para ascender dentro da organização é necessário ter uma relação de proximidade e de confiança com o líder partidário. Dentro do partido ocorre uma tensão porque as lideranças “independentes” não conseguem ascender as estruturas de poder internas do partido. Por “independente” entende-se políticos profissionais que já possuíam capital político extra-organização e não possuem uma relação de proximidade com o líder partidário. A organização enfrenta um “dilema da confiança”, pois como a agremiação conta com muitos políticos profissionais que não acumularam capital no interior da organização, existe um alto custo para desenvolver lealdade organizacional, já que são independentes da estrutura partidária e contam com seus próprios grupos políticos.

Quanto as **obrigações dos militantes**, sétimo indicador, percebe-se que as atribuições formais, como comparecer às reuniões e atividades partidárias ou pagar a contribuição financeira (Art. 9º do estatuto do PMDB), são raramente postas em vigor. Os membros do partido são recrutados como “clientes” e apresentam poucas obrigações com o partido. Como a agremiação investe pouco na formação de seus quadros, o sistema de lealdade dos militantes não perpassa a organização partidária, sendo tributário de lideranças políticas, no caso o líder partidário, Eunício Oliveira, ou alguma político profissional que integra o partido.

Ao examinarmos os **vínculos com outras organizações**, oitavo indicador, observamos que formalmente o partido não apresenta nenhuma relação com sindicatos, associações ou grupo religioso. No entanto, ao realizarmos a pesquisa de campo foi percebido a entrega de *curriculum* por parte de candidatos que pleiteavam emprego nas empresas dos líderes partidários, Eunício Oliveira e Gaudêncio Lucena. Isso demonstra que existe uma relação informal entre o partido e essas empresas, sendo o contrato trabalhista perpassado por relações clientelistas no partido.

No último indicador, **financiamento partidário**, observamos a predominância de relações informais. Os critérios para o financiamento não são transparentes, não existindo critérios formais (tempo de filiação, competitividade da campanha ou magnitude eleitoral) para

distribuição dos recursos. Como o líder do PMDB cearense, Eunício Oliveira, ocupava uma posição privilegiada na estrutura burocrática, como tesoureiro do Diretório Nacional, este dirigiu a distribuição dos recursos para os candidatos nas campanhas de 2012 e 2014. Podemos citar que nas eleições de 2012 o município de Lavras da Mangabeira (25 mil eleitores em 2014) – base eleitoral de Eunício Oliveira e local em que sua irmã, Edenilda Lopes de Oliveira Sousa (PMDB), foi eleita prefeita em 2004 e 2008 – obteve recursos do Diretório Nacional para a campanha do Executivo e do Legislativo.

Além disso, podemos pontuar a presumida existência de financiamento não regulado e até ilícito. O líder do PMDB cearense, Eunício Oliveira, é alvo de inquérito no Supremo Tribunal Federal, aberto em abril de 2017, que o investiga por supostos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e doações de campanha efetuadas através de contratos fictícios. Nas investigações da polícia federal¹⁶, Eunício Oliveira foi citado por executivos do conglomerado empresarial Odebrecht¹⁷, pelo ex-diretor da farmacêutica Hypermarcas¹⁸, e pelo grupo empresarial J&F¹⁹.

Considerações finais:

Os dados da pesquisa demonstram que o partido apresenta uma institucionalização informal rotinizada através das relações pessoais. A tomada de decisão sobre as principais questões do partido não ocorre no âmbito de suas instâncias de direção partidária. O diretório e o congresso estaduais desempenham apenas uma função burocrática para cumprir os requisitos exigidos pelo Tribunal Eleitoral. Esses órgãos legitimam as decisões tomadas pelo líder da coalizão dominante, Eunício Oliveira. Nas atas do partido, não existe uma descrição dos debates internos. Encontra-se apenas os nomes dos membros que estavam presentes e as principais decisões tomadas. Isso evidencia que os principais tensionamentos são debatidos e solucionados através de reuniões informais entre as lideranças partidárias. O líder partidário exerce diretamente forte controle sobre o Diretório Estadual e os diretórios municipais, como observamos no mapa do poder organizativo do partido.

¹⁶ A Operação Lava Jato, comandada pela polícia federal, investiga desde março de 2014 um esquema de corrupção que envolve a Petrobrás, empresários e partidos políticos.

¹⁷ Breno Pires e Julia Affonso. EXCLUSIVO: Eunício 'Índio' foi destinatário de R\$ 2 milhões da Odebrecht. Estadão, 11 de Abril de 2017.

¹⁸ Fábio Serapião, Luiz Fernando Teixeira e Fausto Macedo. PF faz buscas que miram Eunício. Estadão, 10 Abril 2018.

¹⁹ PF faz buscas que miram Eunício. Globo, Jornal Nacional. Edição do dia 08/06/2018.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, M. A. L. **Fragmentação Interna e Desempenho Eleitoral: O PMDB**. Dissertação de Mestrado, UNB, Brasília, 1997.

BARBOSA, T. A. L. **Dirigentes Partidários e Parlamentares do PMDB no Mato Grosso do Sul (1980-2010)**: Uma análise da origem social dos membros da Comissão Executiva, Deputados Estaduais e Federais eleitos no Estado. Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2014.

BIZARRO NETO, F. A. **PMDB: Organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, 2013.

DINIZ, E. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FERREIRA, D. P. **PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)**. Goiânia: Alternativa, 2002.

FIGUEIREDO, C. A. S. **A relação dos PC's com o MDB-PMDB no cenário de transição e as eleições de 1982 no RS**. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

FREIDENBERG, F. & LEVITSKY, S. **Organización informal de los partidos en América Latina**. Desarrollo Económico, v. 46, n. 184, 2007.

HELMKE, G.; LEVITSKY, S. **Informal institutions and politics in Latin America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

KINZO, M. D. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979**. São Paulo: Vértice/Idesp, 1988.

MELHEM, C. **Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988**. São Paulo: Hucitec / DCP – USP, 1998.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Estatuto do PMDB (2013)**. Aprovado pela Convenção Nacional Ordinária, Brasília-DF, 02 de março de 2013.